1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPINHO**Aviso n.º 4598/2006 — AP**

A Dr.ª Maria da Conceição Ribeiro Nunes Nogueira, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Espinho, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 1160/97.1PAESP, antigo n.º 117/1999, pendente neste Tribunal contra o arguido Joaquim da Silva Oliveira, filho de Manuel Alves de Oliveira e de Rosa Ferreira da Silva, nascido em 20 de Janeiro de 1947, casado, titular do bilhete de identidade n.º 5808243, com domicílio na Travessa Nova do Agro, caixa postal n.º 201, Serzedo, 4400 Vila Nova de Gaia, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal, foi por despacho de 5 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o mesmo ter sido absolvido, por sentença proferida em 28 de Janeiro de 2003.

5 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Ribeiro Nunes Nogueira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Julieta Mendes Almeida*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPINHO**Aviso n.º 4599/2006 — AP**

A Dr.ª Maria da Conceição Nogueira, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Espinho, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 736/04.7TAESP, pendente neste Tribunal contra o arguido Sónia Cristina Barbosa do Sacramento Pereirinha, filho de Américo do Sacramento e de Maria Almerinda Barbosa Rocha, natural de Glória, Aveiro, de nacionalidade portuguesa, nascido em 21 de Agosto de 1977, casado, titular do bilhete de identidade n.º 11073563-3, com domicílio na Rua do Sobreiro, 125, 2.º, esquerdo, Sobreiro, 3770-017 Bustos, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência qualificada, previsto e punido pelo artigos 348.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal, conjugado com o artigo 16.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de Dezembro, praticado em 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 7 de Julho de 2006, nos termos do artigo 3350 do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

7 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Nogueira*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Ferreira Castro*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPOSENDE**Aviso n.º 4600/2006 — AP**

O Dr. Pedro Conde Veiga, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Esposende, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 69/04.9TAEPS, pendente neste Tribunal contra o arguido João Filipe Martins Tejo, filho de José Maria Marques Gonçalves Tejo e de Maria Cândida Martins Tejo, natural de Chorense, Terras de Bouro, de nacionalidade portuguesa, nascido em 7 de Agosto de 1984, solteiro, ferrador, com a identificação fiscal n.º 236128108, titular do bilhete de identidade n.º 12274694, com domicílio na 113, Rue des Minières, 3526 Dudelage, Luxemburgo, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 22 de Maio de 2001, por despacho de 8 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido se ter apresentado a juízo.

11 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Pedro Conde Veiga*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Coelho*.

Aviso n.º 4601/2006 — AP

O Dr. Sandro Lopes Ferreira, juíza auxiliar do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Esposende, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 1252/04.2TBEPs, pendente neste Tribunal contra a arguida Carmen Navarro Soares, filha de Afílio Soares e de Ângela Navarro, natural de Ponte de Lima, de nacionalidade portuguesa, nascida em 10 de Janeiro de 1966, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 10467447, com domicílio na Rua de Monte Saltos, Sequeiro, Santo Tirso, 4780 Santo Tirso, por se encontrar acusada da prática de um crime de receptação, previsto e punido pelo artigo 231.º do Código Penal, praticado em 17 de Maio de 2001, por despacho de 7 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por a arguida ter sido localizada e prestado termo de identidade e residência.

11 de Setembro de 2006. — O Juiz Auxiliar, *Sandro Lopes Ferreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Coelho*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESTARREJA**Aviso n.º 4602/2006 — AP**

O Dr. Carlos Alberto Casas Azevedo, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Estarreja, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 273/95.9TBETR, pendente neste Tribunal contra o arguido António Pinto de Almeida Lino, filho de António Ribeiro da Silva Lino e de Adelaide Pinto Teixeira Lino, natural de Alçaria, Fundão, de nacionalidade portuguesa, nascido em 27 de Novembro de 1952, casado, titular do bilhete de identidade n.º 2515963, com domicílio na Rua Padre Juvêncio Pisóni, 113, Vila Borges, São Paulo, SP, Cep 05546050, Brasil, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 20 de Março de 1994, por despacho de 26 de Julho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

27 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Carlos Alberto Casas Azevedo*. — A Escrivã-Adjunta, *Cristina Maria Félix Cordeiro*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESTARREJA**Aviso n.º 4603/2006 — AP**

A Dr.ª Sara André dos Reis Marques, juíza de turno do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vale de Cambra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 91/99.5TBETR, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel José Oliveira, filho de Manuel Joaquim Pinho de Oliveira e de Rosa de Jesus Morais nascido em 20 de Junho de 1954, natural da Murtosa, casado, como o domicílio no 19, Long Avenue, Hillside, NJ07205, USA, o qual foi condenado, por sentença proferida em 21 de Fevereiro de 2000, foi julgada parcialmente procedente a acusação pública e em consequência, o arguido Manuel José Oliveira, foi absolvido da prática da contra-ordenação previsto e punido pelo artigo 27.º, n.ºs 1 e 3, alínea a), do Código da Estrada, foi igualmente condenado como autor material de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, do Código Penal, numa pena de oito meses de prisão, e ainda na proibição de condução de veículos motorizados pelo período de 10 meses, foi ainda condenado como autor de um crime de homicídio por negligência grosseira, previsto e punido pelo artigo 137.º, n.º 2, do Código Penal, numa pena de dois anos de prisão. Operando o cúmulo jurídico de tais penas parcelares, foi condenado na pena unitária de dois anos e cinco meses de prisão e ainda na proibição de condução de veículos motorizados, pelo período de 10 meses. Por acórdão proferido em 31 de Outubro de 2001, foi concedido parcial provimento ao recurso, acordando-se em alterar a decisão recorrida quanto à pena cominada para o crime de homicídio por negligência grosseira, pena que ora se fixa em 20 meses de prisão e, na reformulação do cúmulo jurídico, condenar o arguido na pena única de dois anos de prisão e na pena acessória de proibição de conduzir veículos motorizados pelo período de dez meses, cujo trânsito em julgado ocorreu em 26 de Novembro de 2001, pela prática do crime,